



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MATHEUS DE SOUZA SILVA

**ESTUDO COMPARATIVO DO CUSTO DE MANUTENÇÃO ENTRE UM BI F PAZ EM
NÍVEL *RAPID DEPLOYMENT LEVEL* DA ONU E UM BIL E A VIABILIDADE DE SUA
IMPLANTAÇÃO**

Rio de Janeiro

2018



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MATHEUS DE SOUZA SILVA

ESTUDO COMPARATIVO DO CUSTO DE MANUTENÇÃO ENTRE UM BI F PAZ EM NÍVEL *RAPID DEPLOYMENT LEVEL* DA ONU E UM BIL E A VIABILIDADE DE SUA IMPLANTAÇÃO

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Organizacional

Rio de Janeiro

2018

ESTUDO COMPARATIVO DO CUSTO DE MANUTENÇÃO ENTRE UM BI F PAZ EM NÍVEL *RAPID DEPLOYMENT LEVEL* DA ONU E UM BIL E A VIABILIDADE DE SUA IMPLANTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Politicamente nos dias de hoje é de suma importância o país estar integrado com a comunidade internacional de forma representativa e decisiva para que possa garantir sua soberania no campo econômico e militar.

Com relação ao campo militar a Organização das Nações Unidas (ONU) se configura como uma oportunidade para o Brasil de demonstrar a capacidade de suas forças armadas em um contexto dissuasivo e cooperativo.

Diferente de uma missão militar de combate convencional do Exército Brasileiro, as Missões de paz da ONU, sejam elas de imposição ou manutenção da Paz tem algumas características distintas, exigindo assim um período de adaptação e treinamento das tropas para que as mesmas iniciem as operações com condições mínimas para o sucesso.

Sabendo dessas necessidades de preparação específica, as Nações Unidas tecem recomendações diversas para os Países Membros Contribuintes com Tropas (PCTs) em seus efetivos, de forma a ter certeza que seus objetivos serão bem cumpridos.

1.1 PROBLEMA

Sendo assim, observando as possibilidades do Exército Brasileiro de participar das Missões de paz da ONU de forma efetiva sendo um PCT, surge a problemática de qual seria a forma mais eficiente e eficaz de atendermos as demandas das Nações Unidas de forma rápida, com qualidade e sem um excessivo custo financeiro.

1.2 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo identificar características que tornem possível realizar um cálculo comparativo entre o custo de manutenção de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz) em nível *Rapid Deployment level* (RDL) da ONU em relação a um Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro. Para

atingir esse objetivo passamos por uma primeira fase na qual buscamos definir os padrões e características das peças de manobra de um BI F Paz em nível RDL e seus módulos. Na sequência procuramos caracterizar os Batalhões de Infantaria Leve com seus módulos e estruturas. Depois passamos para uma identificação das fases de desdobramento de um BI F Paz em nível RDL da ONU, identificando os fatores geradores de custo em sua manutenção e desdobramento.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O estudo em questão vem com a proposta de analisar o real custo da manutenção de um BI F Paz em nível RDL as ONU;

A compreensão dos custos de manutenção do mesmo gera como possibilidade entender se a criação de tal estrutura é viável desde já, assim como permite uma análise dos pontos que tornam tal criação inviável, sendo mais passível de se trabalhar em prol da solução de um possível fator impossibilitante, uma vez que o mesmo é identificado;

O fato do presente estudo estar buscando um alinhamento da organização estrutural de nosso Exército com recomendações e padrões internacionais em vigor nas Nações Unidas, vem a somar no intuito de integrar cada vez mais o EB e consequentemente o país no universo de países com maior expressão na comunidade internacional;

2. METODOLOGIA

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

As Nações Unidas vem realizando ao longo dos últimos anos um processo na busca de tornar mais efetivo o processo de treinamento e desdobramento das forças militares dos países membros contribuintes com tropas em suas missões de paz. O Rápido Desdobramento, “*Rapid Deployment*”, de grandes operações de paz em zonas de conflito ao redor do mundo é um processo complexo (H. PETER, 2014).

Como afirma Gerard Hauy, consultor em operações de Manutenção da Paz, a ONU tem sempre passado por dificuldades para desdobrar, de forma rápida, as forças militares e policiais dos países provedores de tropa para atender demandas de novas missões ou até mesmo reforçar missões existentes.

Um Desdobramento Rápido de forças de paz de forma ampla dependente de cinco fatores: político, financeiro, estratégico, operacional e tático. Problemas que venham a atingir algum desses fatores tem direta influencia nos outros (H. PETER, 2014).

Na figura 01 temos uma esquematização da parte processual dos fatores político, financeiro e estratégico que envolve a aprovação / aceitação do Brasil para participação em uma missão da ONU com relação ao processo interno brasileiro.

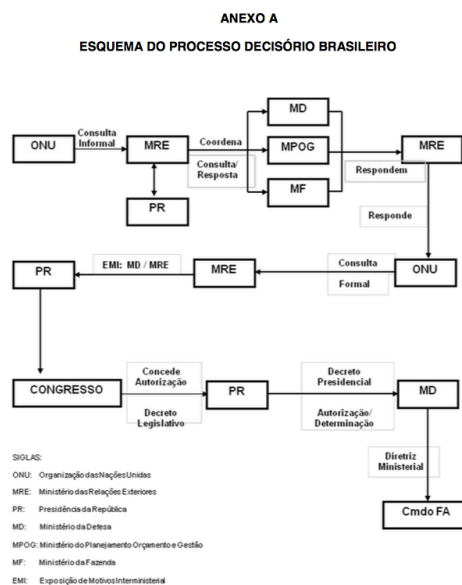


Figura 1: Esquema do processo decisório Brasileiro para aprovação de missão de Paz
Fonte: BRASIL, 2013, p. 55

É importante lembrar que do ponto de vista político econômico existe uma quantidade de montante financeiro que retorna ao TCC de acordo com o que é estabelecido no “*Memorand of Understanding*” MOA/LOA a partir do momento que a fração militar é cedida pelo país para as operações das Nações Unidas. Nesse contexto (BRASIL, 2013, p 44).

Essas questões são importantes de serem observadas quando nos propomos a discutir o cálculo de manutenção de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz em Nível *Rapid Deployment Level* dentro da estrutura organizacional do EB.

Segundo a mais recente *Guideline* das Nações Unidas, o TCC que tem uma Unidade cadastrada no *Peacekeeping Capability Readness System (PCRS)*, sistema das nações unidas que faz o controle das tropas em situação de RDL, faz jus a um reembolso de 25% do valor investido em equipamento e material que foram investidos durante o tempo em que o Batalhão esteve cadastrado no sistema e conseqüentemente disponível para utilização das Nações Unidas, mesmo se o mesmo não venha a ser utilizado.

Tal fato traz a tona a discussão se é viável aproveitar-se do fato de estar adestrando e equipando uma tropa de nosso exército com um subsidio de 25% das Nações Unidas sobre a contrapartida de mantê-la por 12 meses a disposição da mesma para possível emprego.

A pesquisa se valeu de uma busca bibliográfica dentre os Manuais e Notas Oficial da Nações Unidas com o objetivo de se caracterizar padrão mínimo na qual uma tropa necessita, em termos de equipamento, treinamento de pessoal e capacidade logística de transporte e desdobramento para se enquadrar nos padrões aceitáveis para ser considerada *Rapid Deployment Level 3 (RDL3)*.

Para a obtenção dos manuais e dados da doutrina e forma de emprego básica das Nações Unidas foi utilizado os buscadores on-line para obtenção de artigos oficiais das Nações Unidas, científicos ou não. Durante a pesquisa foram utilizadas as idéias chaves: *Contingent-Owned Equipment of Troop Contributes Participating UN*; *Rapid Deployment Level*; Treinamento do BRABATT; *Peacekeeping Capability Readness System (PCRS)*; *T/PCC and the Method of Reimbursement*. Combinadas ou não.

Dentre todos os arquivos encontrados foi utilizado como base para padronização das peças de manobra e características essenciais para a existência funcional de um Batalhão de infantaria de paz o *United Nations Infantry Battalion Manual, Volume 1*, que se caracteriza por ser o principal instrumento que normatiza a constituição de um Batalhão de Infantaria de Força de Paz de Rápido Desdobramento Nível 3 nos dias atuais.

Após isso partimos para uma análise de questionários feitos juntamente aos militares do Exército Brasileiro que já participaram de Operações de Paz da ONU que tiveram o encargo de preparar e conduzir seus efetivos, com o objetivo de verificar se existe uma conformidade entre os padrões de formação e manutenção dos Batalhões de Força de Paz mobiliados pelo Brasil na MINUSTAH e um possível Batalhão de Infantaria de Força de Paz de Rápido Desdobramento Nível 3.

Para obter os dados para a nossa discussão foi dada ênfase a uma busca de dados quantitativos que evidenciassem quais das peças de manobra que já se encontram presentes nas OM militares do exército que foram mobilizadas para enviar efetivos que compuseram os contingentes Brasileiros no Haiti mobiliando o BRABATT durante nos contingentes destacados entre os anos de 2010 e 2017. Dados obtidos de entrevistados que estiveram em operação antes do ano de 2010 foram excluídos por serem considerados demasiados desatualizados referente a conjuntura do Exército nos dias hoje, tendo em vista que as formas de mobilização e treinamento dos batalhões sofre constante adaptação em face das lições aprendidas dos contingentes anteriores.

Dentre o universo da amostra de nossa pesquisa foram excluídos também os praças, mantendo a amostra somente com oficiais por ter sido considerado que os mesmos tem uma visão relativamente mais sistêmica da estrutura funcional da instituição Exército.

Sendo assim tivemos uma abordagem mista quanto ao tipo de pesquisa com uma influencia maior do componente quantitativo quando comparamos a simples existência ou não das estruturas operacionais consideradas Básicas para as Nações Unidas nas Organizações Militares do Exército Brasileiro, tendo como objetivo identificar e descrever as discrepâncias para uma futura análise sobre a possibilidade de elimina-las de forma a possibilitar a criação de uma unidade que componha todos os fatores básicos para ser desdobrada em 3 meses para uma

missão de manutenção ou até mesmo imposição da paz sob a hedge das Nações Unidas.

Paralelo a isso foi realizada também uma pesquisa dentre as regulamentações das nações unidas em busca de identificar o processo de reembolso ao Brasil relativo aos gastos para que seja mantido a disposição das Nações Unidas um possível BI F Paz RDL3, com a finalidade de propor uma discussão que leve a futuras pesquisas no tangente a concluir uma forma precisa em detalhes do valor a ser empenhado para uma futura possível disponibilização as Nações Unidas de uma peça de Manobra Brasileira Nível Batalhão pronta para ser desdobrada em 3 meses durante o período de 1 ano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O UNITED NATIONS INFANTRY BATTALION (UNIB)

A publicação “United Nations Infantry Battalion Manual” das Nações Unidas define de forma categórica a formatação básica de um Batalhão de Infantaria com seus apoios. No que tange as suas peças de manobras podemos verificar que as mesmas se constituem de três a quatro Companhias de Fuzileiros com capacidade de serem desdobradas e operarem de forma auto sustentada de bases nas quais possa executar suas missões essenciais com robustez de mobilidade.

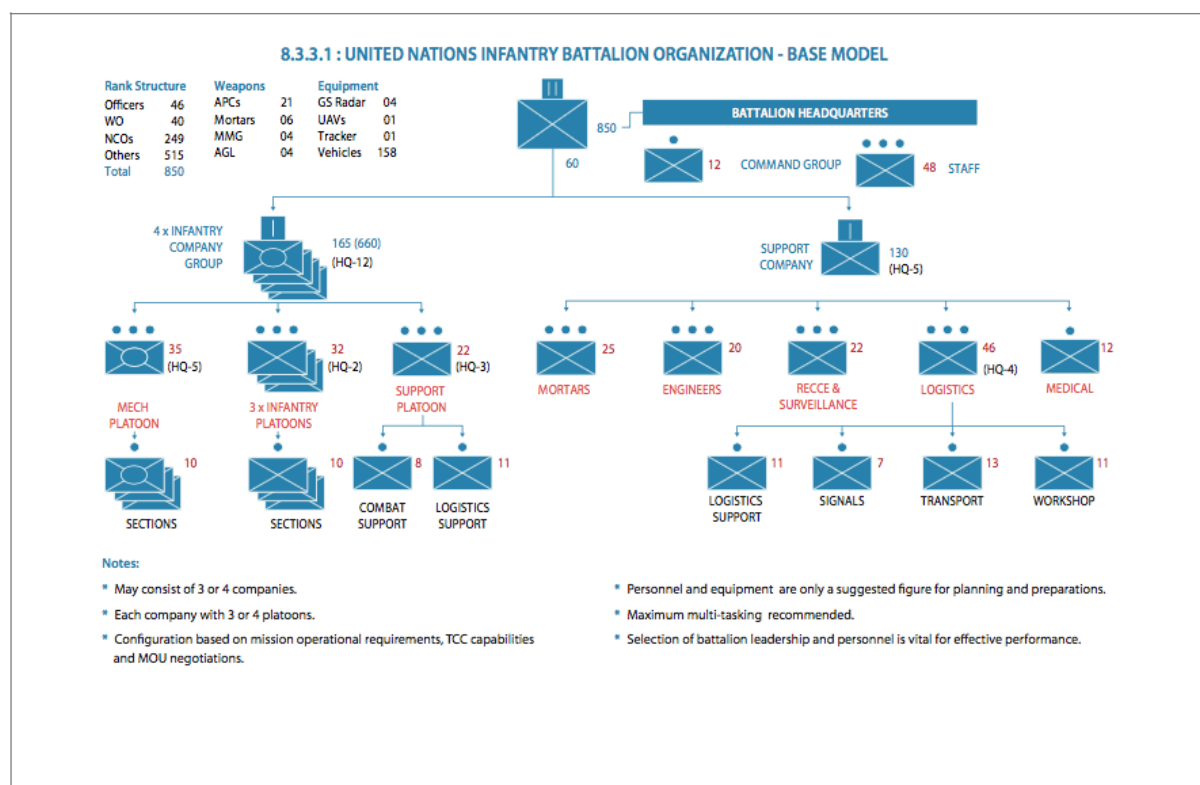


Figura 2: Organograma da Base Modelo do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas

Fonte: UNIBM, 1, 2012, p. 129

Tal estrutura é claramente demonstrada em sua forma genérica no organograma a seguir

Quando da comparação direta das estruturas do Batalhão de Infantaria Base das Nações Unidas, e um Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro se

percebe uma significativa diferença nas instalações logísticas. O United Nations Infantry Battalion tem em seus quadros um Pelotão de Engenharia orgânico para garantir a sua mobilidade e apoiar a manobra.

3.1.1 ESTADO MAIOR DA UNIDADE

No tocante aos membros do estado maior temos uma relevante diferença na quantidade de elementos de estado maior, a figura 3 mostra com detalhes as seções componentes do estado maior assim como os quadros mínimos recomendáveis para seu funcionamento.

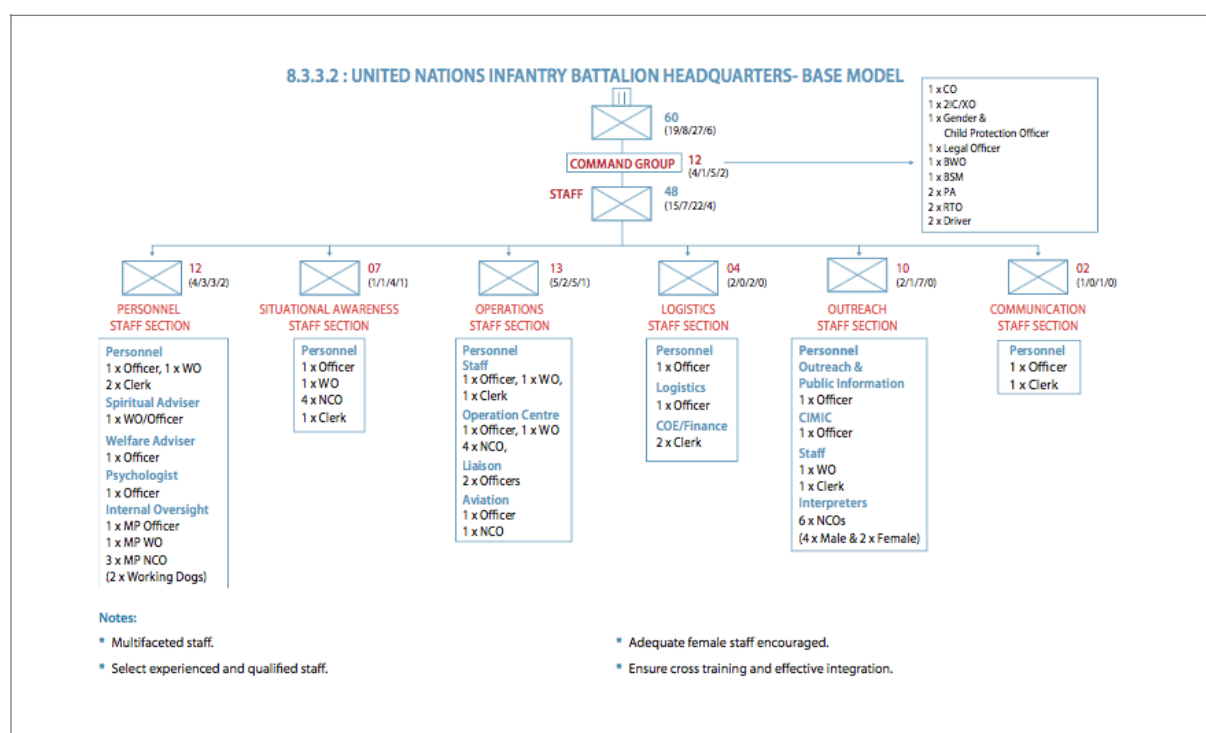


Figura 3: Organograma da Base Modelo do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas

Fonte: UNIBM, 2012, p. 130

Percebemos que as seções de Pessoal assim como a seção de Comunicação Social/Relações Públicas (*Outreach Staff Section*), tem uma quantidade de efetivo superior as normalmente apresentadas nas OM do Exército Brasileiro. As seções existentes no Estado Maior tem total correlação sendo que as aplicadas em nosso exército sendo de elas A Seção de Pessoal, Seção de Inteligência (Consciência situacional), Seção de Operações (Planejamento), Seção de Logística, Seção de Comunicação Social/Relações Públicas e seção de Comunicações.

3.1.2 COMPANHIA DE COMANDO E APOIO

No Organograma da Companhia de Comando e Apoio se verifica que o Batalhão de Infantaria das Nações Unidas (BINU) apresenta algumas peças de manobra suprimidas quando comparadas ao Batalhão de Infantaria Leve, um exemplo é o Pelotão Anticarro que é inexistente, e o Pelotão de Comunicações que se apresenta reduzido a apenas um grupo de Sinais com a responsabilidade de manter as ligações do Batalhão. Porém, como podemos verificar na figura 4, existem também frações que são infladas de forma como é o caso do Grupo de

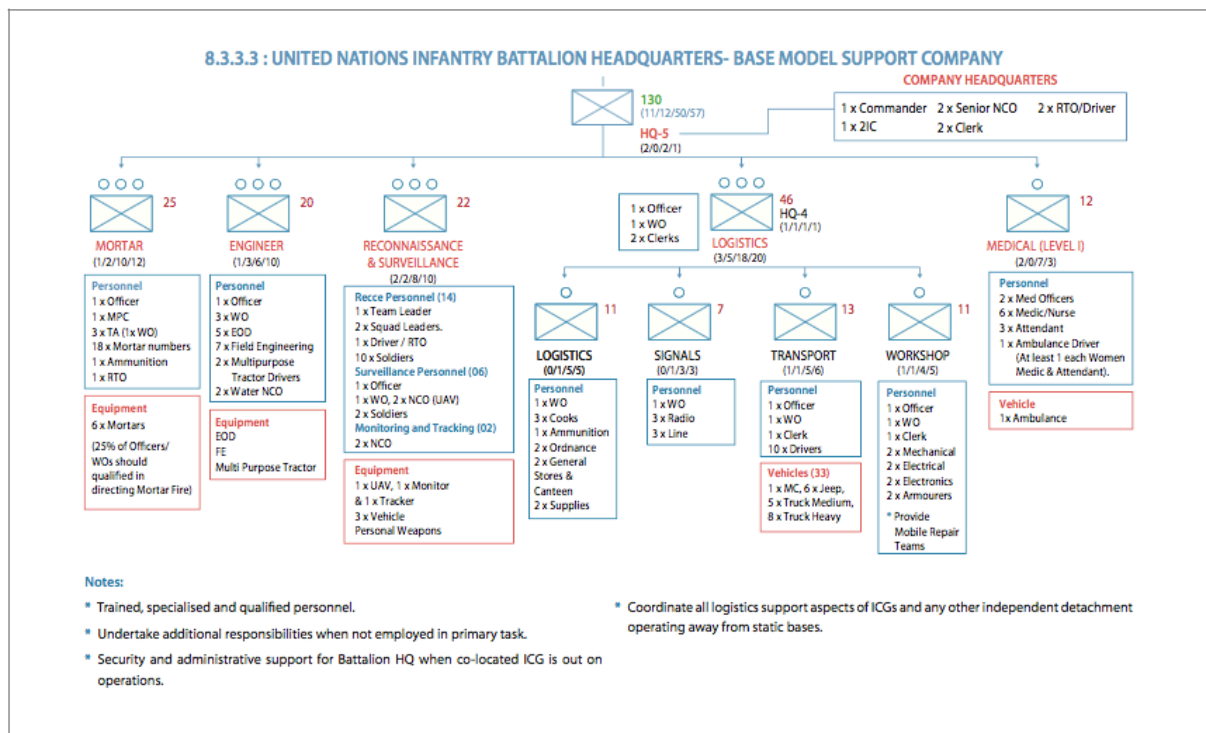


Figura 4: Organograma da Base Modelo da Companhia de Comando e Apoio do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas

Fonte: UNIBM, 2012, p. 131

Saúde que apesar de ser representado no valor Grupo de Combate possui um efetivo de 12 militares sendo dois médicos e 6 enfermeiros, 3 atendentes e seu motorista.

Como já citado também no momento que se compara o Batalhão como um

todo, verifica-se também a existência de uma fração nível Pelotão de Engenharia exclusiva dos BINU.

3.1.3 COMPANHIA DE FUZILEIROS

A Companhia de Fuzileiros do Batalhão de Força de Paz, em sua composição completa, apresenta duas peças de manobra que se diferenciam sobremaneira de uma Companhia de Fuzileiros Leve. A maior dentre as diferenças é a presença de uma fração de Infantaria Mecanizada nível Pelotão dotada de Viaturas Blindadas sobre rodas. Tal fração tem por finalidade adicionar uma capacidade de patrulhamento e presença em áreas de conflito com uma maior segurança pelo uso da proteção blindada, além de adicionar velocidade e mobilidade a SU.

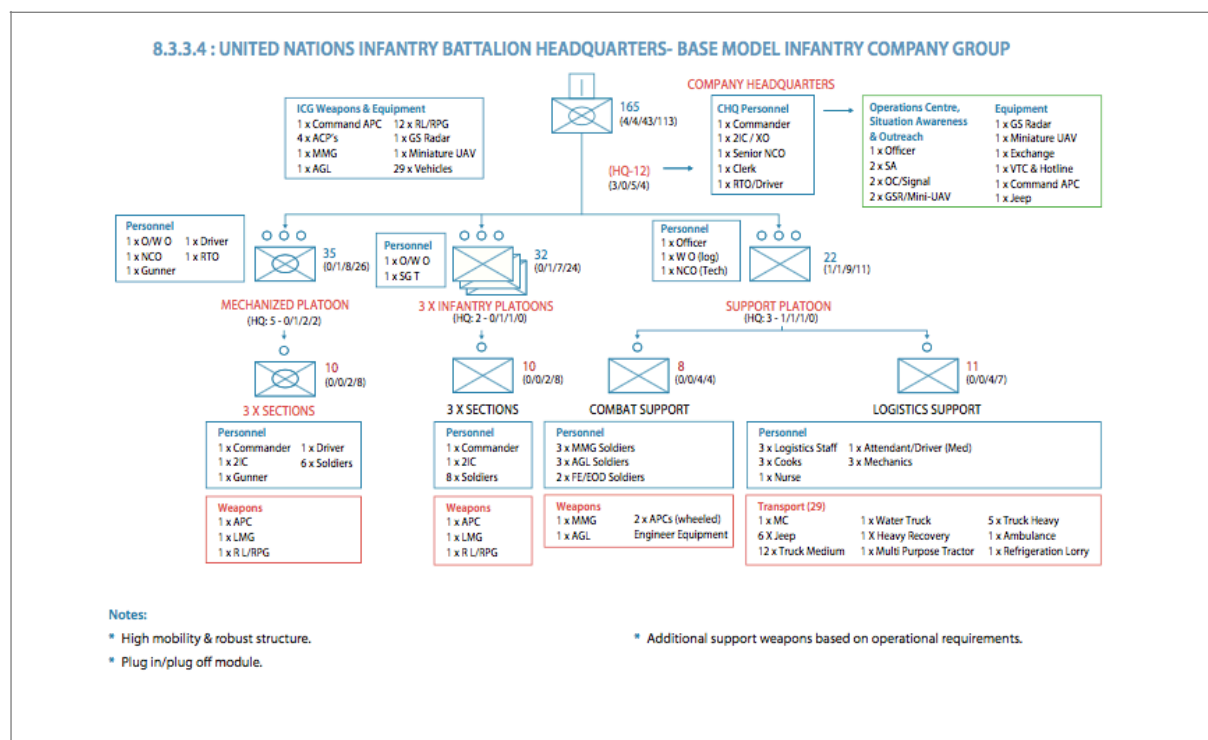


Figura 5: Organograma da Base Modelo da Companhia de Infantaria do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas

Fonte: UNIBM, 2012, p. 132

Um segundo ponto específico da Companhia de Infantaria do Batalhão de das Nações Unidas é a presença de um grupamento logístico valor Pelotão que à permite se manter operando de forma auto-suficiente ao Batalhão, sendo assim

exige a presença de uma equipe de abastecimento composta por cozinheiros, uma equipe de manutenção composta de mecânicos de viaturas de dotação da SU, além de uma equipe médica dotada de atendente e em condições de apoiar o reforço de um médico. Essa fração logística faz parte dos trens da SU sendo incorporada a equipe da SubTenencia da SU.

Sendo assim temos configurada as características básicas em termos de peças de manobra e pessoal de um Batalhão de Infantaria das Nações Unidas.

3.1.4 EQUIPAMENTO MILITAR

Os equipamentos necessários a mobiliar as tropas são regulados pelas Nações Unidas no *Contingent Owned Equipment Manual of 2011*. Porém os itens sugeridos assim como suas quantidades explícitas em tal manual são apenas uma referência para os Países Contribuintes com Tropa, sendo aceitável uma adaptação dos materiais a serem utilizados assim como em suas quantidades e serem disponibilizadas para a missão.

Os fatores precisos relativos ao equipamento e material a ser desdobrado em um Batalhão de Infantaria das Nações Unidas são definidos de maneira final somente no Memorando de Entendimento que é específico para cada missão.

Tendo em vista que os equipamentos do Exército Brasileiro de uma forma geral tem seu padrão em grande parte adaptado ao padrão OTAN, não seria necessária nenhuma aquisição específica ou modificação do mesmo para ser utilizado para mobiliar um Batalhão de Infantaria das Nações Unidas em Nível *Rapid Deployment Level 3 (RDL3)*.

3.2 DISPOSITIVOS LEGAIS DAS NAÇÕES UNIDAS

Segundo as regras do sistema de controle das nações unidas sobre suas tropas de pronto emprego para missões de manutenção da paz, chamado de *UN Peacekeeping Capabilities Readiness System (PCRS)*, uma fração passa ser considerada apta a fazer parte de seu banco de dados para futuro emprego e, conseqüentemente fazer jus a um *Memorand of Understanding (MOU)* que venha a habilitar o País Contribuinte com Tropa a receber quantias financeiras das Nações

Unidas, somente após a tropa ser constituída em seu país de origem de forma operacional, com o equipamento e treinamento adequado para ser empregada.

Essa exigência é materializada por uma inspeção em loco realizada por membros das Células do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) chamada de *Strategic Force Generation and Planning Capabilities Cell (SFGPC)*. Os membros da Célula SFGPC necessitam fazer uma visita técnica de Consultoria, a *Assessment and Advisory Visit (AAV)*. Após a tropa ter sido inspecionada em loco e considerada apta após a AAV o MOU é passível de ser assinado uma vez o País Contribuinte com Tropa garante que a mesma estará em condições de ser desdobrada em menos de 90 dias em qualquer ponto no qual as Nações Unidas solicitar.

Esse elevado level de prontidão e adestramento gera a necessidade da tropa como um todo estar desde o início das negociações concentradas em uma mesma cede e sobre um comando operacional único para que as Técnicas Táticas e Procedimentos sejam padronizados a ponto de alcançarem um padrão mínimo para serem aprovadas na AAV das células de SFGPD do DPKO.

3.3 COMPATIBILIDADE ENTRE O BIL E O UNIB

Após caracterizada as necessidades e peculiaridades exigidas pelas Nações Unidas para que um País Contribuinte com Tropa tenha uma fração cadastrada como apta a fazer parte do sistema de prontidão das Nações Unidas e dessa forma receber um subsídio das Instituição com o objetivo de custear parte de seu adestramento, nosso estudo busca agora verificar quais são os fatores em que um Batalhão de Infantaria de Força de Paz se enquadra a um Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro evidenciando assim se existe uma viabilidade em manter um UNIB RDL Level 3 do em solo nacional com tropa e equipamento do Exército Brasileiro a disposição da SFGPD para ser desdobrado em um prazo de 90 dias de acordo com a necessidade do DPKO.

3.3.1 EQUIPAMENTO MILITAR

O fato dos equipamentos militares de dotação dos Batalhões de Infantaria Leve já serem compatíveis com os materiais exigidos por ocasião das Inspeções das Nações Unidas faz com que nesse quesito específico não haja nenhum gasto excedente que inviabilize a disponibilização de um dos mesmo para a posição de UNIB RDL Level 3.

É notório que um Batalhão de Infantaria Leve não possui equipamentos para mobiliar um Pelotão Mecanizado ou até mesmo um Pelotão de Engenharia, porém nesse estudo, advindo das melhores práticas aplicadas pelos contingentes brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti MINUSTAH, consideramos que é mais viável realizar o deslocamento para a mesma sede do Batalhão uma fração de Cavalaria Mecanizada ou de Infantaria Mecanizada e Engenharia, fato que será discutido no próximo tópico.

3.3.2 PEÇAS DE MANOBRA E APOIO LOGISTICO

Dentre as peças de manobra mínimas necessárias para compor o UNIB o Batalhão de Infantaria Leve não possui de fato um Pelotão de Infantaria Mecanizado. Tal fator gera um alto grau de inviabilidade na manutenção de um UNIB RDL Level 3 sem a adoção de uma mudança drástica no QCP da unidade. Hoje em dia as frações de Infantaria Mecanizada da 15ª Brigada de Infantaria e Frações de infantaria da 9ª Brigada teriam condições de mobilizar Pelotões de Infantaria Mecanizada somados a uma estrutura de Batalhão de Infantaria Leve sem ser necessário realizar a transferencia de um efetivo completo de um Pelotão para fora de sua guarnição durante todo o período que durar sua disponibilidade ao DPKO (normalmente de um ano).

Da mesma forma do Pelotão de Fuzileiros Mecanizado, o Pelotão de Engenharia que prestaria o apoio ao combate na mobilidade direta das tropas da UNIB não se encontra como fração orgânica de um Batalhão de Infantaria Leve e sendo possível apenas a sua operacionalização sem os onerosos custos de transferencia de tropa para uma diferente guarnição nas guarnições em que se apresentam frações de Infantaria e Engenharia de Combate.

No tocante as frações de manutenção e logística é possível encontrar nos BIL efetivos e estruturas que dentro de um esforço sejam excepcional possam mobiliar o UNIB durante o tempo que o mesmo for acionado.

Durante o estudo foi realizada uma pesquisa com oficiais que passaram pela fase de treinamento dos diversos contingentes MINUSTAH e quando perguntados sobre a disponibilidade de efetivos de especialidade logística, de saúde e de até mesmo das peças de manobra específicas de infantaria nas guarnições milhares que deram origem ao seu contingente as respostas foram em sua maioria positivas sendo que 65% responderam que seus Batalhões de infantaria tinham plenas condições de mobiliar uma fração logística com a conformação idêntica a dos UNIB, números ainda superiores foram observados para os pelotões de fuzileiro, verificando-se uma deficiência apenas quando questionados sobre a viabilidade do Batalhão ter de pronto emprego uma fração experiente de Reconhecimento e Vigilância nível pelotão.

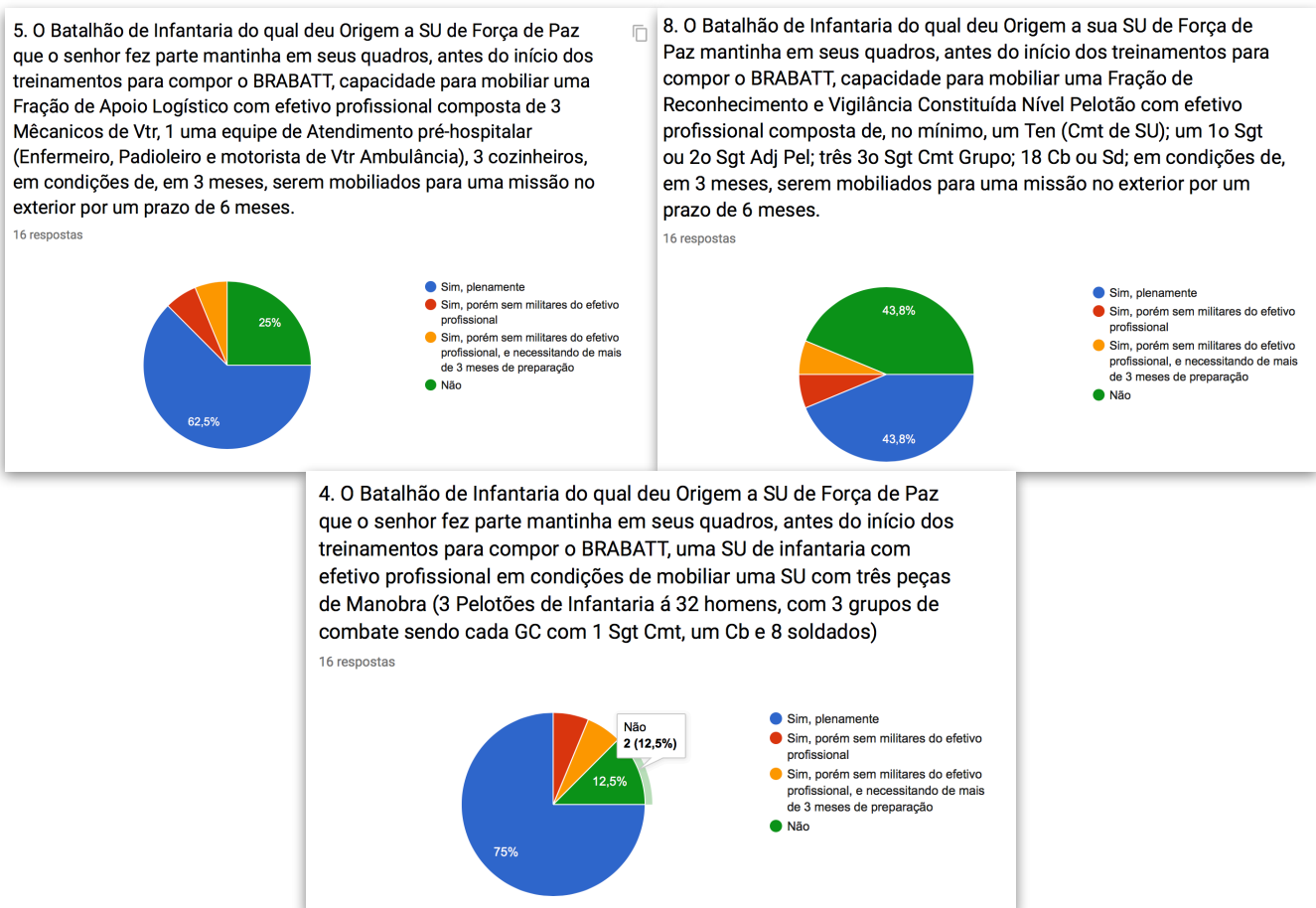


Figura 6: Pesquisa relativa a disponibilidade das frações dos UNIB nas OM em treinamento para compor a MINUSTAH.

Fonte: Autor

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo assim podemos incluir que existe a viabilidade do Exército Brasileiro avançar em direção a ter em dentre suas unidades um Batalhão de Infantaria em constante adestramento em consonância com as exigências mínimas das Nações Unidas para ser desdobrado de forma rápida se enquadrando em um UNIB PDL Nível 3, vindo a se aproveitar do subsídio das Nações Unidas para manter sua tropa em constante adestramento e, extrapolando a missão constitucional do exército de defesa da soberania nacional, contribuir para a influencia do país no contexto global.

Porém passa isso é necessário se ater para a alocação dessas unidades nas guarnições militares que detém de tropas de Infantaria ou Cavalaria Mecanizada para que seus meios sejam incorporados ao Batalhão, assim como tropas de Engenharia pelo mesmo motivo